

traçar uma excelente perspectiva do que deve ser a promoção da saúde no século XXI. O autor faz ainda referência à saúde pública, dando grande destaque à protecção da saúde e à prevenção das doenças, apresentando alguns projectos de prevenção das mesmas, através, em particular, de uma alargada apreciação acerca dos rastreios na prevenção secundária.

O décimo capítulo diz respeito à organização das doenças e às doenças crónicas, sendo um texto que, ao contrário dos capítulos anteriores, já exige do leitor alguns conhecimentos mais técnicos e mais específicos.

No capítulo onze, é feita referência ao doente em contexto médico, situação esta que vai 'tocar' directamente o leitor. Assim, Pais Ribeiro começa por falar da reacção psicológica ao contexto médico – que, na minha opinião, constitui, de facto, uma questão crucial na experiência do doente – do mal-estar, sofrimento, dor, sentimentos acerca da doença, a informação que deve ser dada ao paciente e a forma como esta deve ser transmitida. O autor discute ainda, neste ponto, a adesão do doente ao tratamento, a colaboração do doente no tratamento, as determinantes psicossociais do empenhamento no tratamento e como lidar com o sofrimento e com a doença crónica em geral. Também neste capítulo são-nos apresentados alguns modelos relativos a esta temática.

No capítulo doze, são discutidas as doenças de grande mortalidade e morbidade. As doenças vasculares cerebrais – definição, consequências, intervenção, prognóstico, consequências sociais e impacto da doença na família. Os tumores malignos, salientando especificamente o cancro – definição, factores de risco, cura, tipos, variáveis psicossociais associadas, consequências psicológicas, necessidade de apoio psicológico para estes doentes e impacto da doença na família. A doença cardiovascular – insuficiência cardíaca, causas, sintomas, doença cardíaca coronária, factores de risco, efeitos da alteração do estilo de vida, treino de competências e necessidade de ajustamento psicossocial para estes doentes.

O stress e o coping constituem o tema do capítulo treze. Relativamente ao stress, o autor começa por traçar a história deste conceito, apresentando os modelos gerais de stress, assim como a complexidade inerente a este conceito. Seguidamente, são apresentados

alguns stressores e a eventual relação entre o stress e o sistema imunológico e a hereditariedade. Este tópico termina fazendo referência ao contexto profissional e ocupacional como fonte de stress e de burnout, seguindo-se uma enumeração de algumas doenças que podem ser provocadas pelo stress, assim como a intervenção psicológica adequada para lidar com esta situação. Quanto ao coping, o autor define este conceito através da sua evolução, focando a perspectiva psicanalítica e a perspectiva transaccional. É dada relevância às estratégias de coping para o ajustamento ou adaptação do indivíduo, assim como para a saúde e a doença, apesar de ser salientado que não podemos negligenciar as diferenças individuais existentes entre os sujeitos.

Finalmente, no capítulo catorze, são focados os aspectos psicossociais do fim da vida, a doença terminal, os cuidados paliativos, a eutanásia e a morte assistida.

O livro termina, utilitariamente, com um glossário de alguns aspectos de terminologia e com a apresentação de uma extensa lista de referências bibliográficas.

Susana Ramos

Instituto Superior Miguel Torga

António Teodoro e Carlos Alberto Torres (eds.). 2005. *Educação Crítica e Utopia: Perspectivas para o Século XXI*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento. 195 pp. ISBN: 972-36-0757-3.

Quem conhece a vida académica, sabe como é difícil reunir um conjunto de trabalhos, sobretudo trabalhos expressivos sobre uma temática tão sensível quanto esta. Os organizadores que editam este livro colaborativo, António Teodoro e Carlos Alberto Torres, fizeram-no com sucesso, no âmbito de uma reflexão que articula teoria crítica e educação. Através dos seus dez capítulos, o livro procura contribuir para a compreensão da interactividade cultural, no contexto das mudanças e processos de globalização em curso. E procura, ainda, discutir como as escolas e os sistemas educacionais podem responder aos diversos dilemas que se colocam, sobretudo numa altura

em que o discurso é o de crise *da e na* educação. Os diversos autores desenvolvem a discussão, particularmente, a partir das contribuições recentes da teoria sociológica para o estudo da educação, tratando estas e outras questões no domínio da educação, à escala local e global, e traçando perspectivas para a actualidade.

O livro contém reflexões que nos desafiam a pensar sobre o significado do impacto da tecnologia sobre a produção cultural, a relação entre a indústria cultural e a génese da administração das sociedades, as consequências do declínio da experiência e a questão do futuro da cultura, além do problema da própria possibilidade do pensamento e acção críticas. Os dois autores que editam o texto procedem, em particular, a uma subtil desconstrução dos factos sociais, procurando reelaborar o conceito de utopia e a sua importância no contexto da teoria social e na exploração de novos desenvolvimentos em sociologia da educação. Ou seja, por um lado, trata-se de reabilitar uma representação simbólica de um tempo refigurado pela ficção narrativa – a utopia, no sentido de *ucronia* atribuído pelo filósofo Paul Ricoeur – por outro lado, e como consequência, trata-se de explorar um caminho para a avaliação das alternativas históricas: a *utopística* – no sentido desenvolvido por Immanuel Wallerstein. António Teodoro e Carlos Alberto Torres partem do princípio de que o presente não pode ser a medida da felicidade, porque a felicidade é simplesmente a colecção de imagens que se dissipam com a distância e se distorcem com a proximidade. Neste sentido, o uso analítico da ideia de utopia é aqui orientado para designar aquele horizonte que ajuda a caminhar com perspicácia, nesta amalgama entre política e ficção, não somente nas narrativas mas também nas práticas (p.15).

Os diversos autores que colaboram neste livro procuram elaborar análises originais e instigantes sobre vários dos novos problemas que emanam da conjuntura histórica contemporânea e da particular situação da realidade portuguesa, em particular. Neste sentido, são actualizadas, pertinentemente, várias perspectivas, contribuindo para o estabelecimento e reforço de um tipo de reflexão crítica sobre o presente, sobretudo na perspectiva de que o sistema escolar está a tomar a forma de uma esfera pública multicultural e na interrogação do papel da

educação perante os processos de globalização.

O livro está dividido em três partes. A primeira parte centra-se na discussão da problemática da escolarização no contexto da globalização e da luta pela democracia. Aqui, encontramos uma análise que procura reelaborar e reinventar as escolas como organizações democráticas (Capítulo 1). Segundo Licínio Lima, a escola não pode deixar de ser responsabilizada pela perseguição, ou não, dos objectivos de uma educação democrática, os quais pressupõem acções e processos com vista à construção de uma escola como organização democrática e como organização para a promoção da democracia. No fundo, uma escola entendida como esfera pública e locus de co-governança entre o estado, a comunidade local e os actores escolares. Isto significa reavaliar os conceitos de autonomia, de descentralização e de participação tal como vêm sido entendidos nas últimas décadas. Não obstante as dificuldades e os obstáculos que um projecto de democratização dos poderes educativos seguramente conhecerá, uma educação crítica do público, comprometida com a autonomia, de facto, da sociedade e dos seus membros, não parece concretizável sem a reinvenção democrática das escolas como locais políticos e multiculturais.

A partir da metáfora do *bazaar*, António Magalhães e Stephen Stoer analisam a possibilidade do seu contributo para a reconfiguração dos estado-nação no contexto europeu e das novas formas de socialidade (Capítulo 2). Deste modo, 'o bazar enquanto território' (p.33) aponta para uma Europa onde as diferenças se reúnem no sentido de tentarem comunicar com base na sua incomensurabilidade e não com base numa aparente herança comum europeia. Os autores deste capítulo desenvolvem, assim, a ideia de bazar, como instrumento operativo, enquanto reconfiguração das relações dentro e entre os estados-nação modernos e, neste sentido, questionam o modo como as formas de fragmentação do estado-nação e sua produção/reconstrução supranacional se relacionam com os processos de construção europeias e com as novas formas de 'viver em conjunto'. Independentemente das dificuldades e das dúvidas que uma tal possibilidade de 'encontro' encerra, no potencial cultural e político da Europa, os autores concluem que a ideia do bazar parece trazer à

discussão a preocupação com formas de cidadania ligadas ao local, mas de dimensão global, fundadas em discursos na primeira pessoa do singular e do plural e, além disso, de formas de convivência estruturadas com base nas próprias diferenças.

Tendo presente o tema do livro, a Utopia, que, literalmente, significa 'um lugar ideal' e, partindo ainda da percepção do estado enquanto instituição que cada vez mais é vista como tendo sido 'des-locada', analítica e empiricamente, Roger Dale examina a natureza e plausibilidade da tese do estado 'ectópico' (Capítulo 3). O autor começa por argumentar que a base do estado, soberano e autónomo, que a sociologia da educação tem, em grande medida, tornado como dado adquirido, na verdade, tem vindo a sofrer uma grande erosão ao longo das duas últimas décadas. Neste sentido, apresenta a hipótese de que uma consequência particular da erosão da base do estado-providência Keynesiano tenha sido a de gerar uma ambiguidade acerca da questão da 'governança' dos sistemas educativos, enquanto pelouro exclusivo do estado. De seguida, procura clarificar, do ponto de vista conceptual, o que está em causa nestas mudanças e considerar o que podem significar para a política e práticas educativas. O argumento central é que as mudanças na governança constituem 'efeitos indirectos' do conjunto de mudanças, numa série de esferas e a vários níveis, tipicamente referidos como globalização. O autor sugere, ainda, que estas mudanças têm importantes consequências teóricas, ao nível da governança, regulação e soberania e, finalmente, tenta sugerir alguns possíveis resultados empíricos destas mudanças. O artigo acaba por concluir que, por um lado, a análise da governança requer uma análise do próprio estado, sublinhando que este tem de ser muito mais um *explanandum* do que um *explanans*. Consequentemente, reconhece que muitas das funções consideradas intrínseca e necessariamente funções 'do estado' não o são necessariamente e que, para manter a sua importância, pode não ser necessário – ou possível – que o estado controle todas as áreas sobre as quais detém autoridade e responsabilidade. Por outro lado, é importante reconhecer que a governança não é uma actividade 'neutra', ou seja, que as regras do jogo são sempre 'estrategicamente selectivas', favorecendo certos interesses em detrimento de outros. Por outro lado ainda,

realça que a reforma da governança tem sido, na última década, e parece provável que continue a ser, o principal meio de reformar a educação, constituindo, assim, o primeiro passo necessário, quer envolva mudanças no controlo da pedagogia, quer revisões dos conceitos de tempo e espaço educativos. Finalmente, para Roger Dale, podemos esperar mudanças significativas na divisão funcional, escalar e sectorial no trabalho da governança da educação, envolvendo uma nova e significativa, se não extensa, alocação de actividades, instituição e resultados.

A segunda parte do livro elabora uma articulação entre teoria social e educação, dando particular relevo à tradição da teoria sociológica centrada na educação. Deste modo, recuperam-se as abordagens de autores como Basil Bernstein, Paulo Freire e Ivan Illich. Esta parte do livro integra ainda um interessante trabalho desenvolvido por Telmo Caria.

Assim, Ana Maria Morais apresenta uma reflexão crítica sobre a pertinência e a importância dos contributos de Basil Bernstein para a sociologia da educação (Capítulo 4). Não sendo possível abarcar todo o trabalho de Bernstein, a autora centra-se na sociologia *para* a educação que aquele autor desenvolveu, através de uma linguagem interna de descrição, a qual, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de uma linguagem externa de descrição que dirija a investigação empírica. A autora centra-se nos aspectos conceptuais da teoria e nos aspectos metodológicos.

Carlos Alberto Torres (Capítulo 5) e José Eustáquio Romão (Capítulo 6) revisitam autores como Illich e Freire e referem, que cada um deles – no campo das suas competências, inseridos em diferentes regiões e com diferentes formações ideológicas, em função de distintas mas não de tão discordantes especializações de estudo – alcançaram o sucesso crítico 'pregando' ora a conscientização ora a desescolarização, como alternativas aos mitos e rituais conservadores de uma educação autoritária. Os pensamentos de Illich e Freire ultrapassam as fronteiras e convertem-se numa mensagem mundial. Segundo Carlos Alberto Torres, o mundo de Freire e Illich foi necessariamente um mundo distorcido, como o único mundo possível para transformar a distorção do mundo do establishment ou do sistema, que se considera a si próprio normal. A distinção que eles próprios represen-

tam era a ideia de uma educação libertadora e de qualidade para o povo, uma educação que impulsionasse uma verdadeira democracia igualitária num mundo onde se podem preservar as tradições e o meio ambiente, enquanto se procura um progresso e uma revolução de expectativas e estruturas. Em última instância, um mundo onde se pode cuidar das novas gerações, convidando-as a viver numa sensibilidade utópica e repensar os ganhos, mas também os fracassos das velhas gerações, para construir um mundo onde, como diz Paulo Freire, fosse mais fácil amar. Isto porque, partindo da ideia de *incompletude, inconclusão e inacabamento*, enquanto características próprias e indissociáveis do ser humano, como sujeitos individual e social, a necessidade de uma consciencialização relativamente a estas 'limitações', constituiriam, eventualmente, a chave, para a construção de um novo paradigma que ajude a pensar as dificuldades contemporâneas e possibilite a aprendizagem da convivência com o outro.

Telmo Caria apresenta um texto sobre os saberes profissionais técnico-intelectuais, nas relações entre educação, trabalho e ciência (Capítulo 7). O autor desenvolve, como objecto de investigação, aquilo que designou como *trabalho técnico-intelectual*. O propósito é proceder à análise dos sistemas de intermediação entre ciências e conhecimentos, em comum com a abordagem da educação e na perspectiva dos actores – na vertente das aprendizagens e dos usos do conhecimento em contexto de acção. Neste sentido, toma, por objecto de investigação, o trabalho intelectual que os grupos profissionais – aqueles que estão mais próximos da aprendizagem da ciência e que mais dependem da ciência para afirmarem e legitimarem o seu estatuto social – desenvolvem para recontextualizarem os sistemas abstractos ou periciais de conhecimento, em processos de interacção e campos sociais, exteriores aos campos de produção científica e tecnológica.

A aplicação do conceito de saber ao quadro do trabalho técnico-intelectual refere-se aos conhecimentos desenvolvidos em contextos de trabalho e que têm, por outro lado, a característica de serem protagonizados por actores sociais com uma autonomia técnica nas organizações, dado desenvolverem um trabalho que se opõe ou resiste a processos de racionalização conduzidos pelo comando

organizacional. Trata-se ainda de tipos de conhecimento que possuem uma legitimidade científica específica para as funções esperadas pelas organizações. Este facto permite que sejam imediatamente reconhecidos como conhecimentos qualificantes, ainda que o grau de legitimidade e a posição, numa hierarquia profissional específica, possa tornar os conhecimentos profissionais desiguais, quando se comparam diferentes grupos ocupacionais e diferentes trabalhos intelectuais. A partir de um conjunto de estudos empíricos, o autor desenvolveu uma tipologia sobre os usos/formas de conhecimento no trabalho técnico-científico, das quais destaca três estilos/formas de uso de conhecimento mais pertinentes: a racionalidade técnico-instrumental; o uso pericial e a profissionalidade reflexiva; por fim, o designado estilo/forma de uso crítico-pragmático (pp.120-121)

Na terceira parte do livro, apresenta-se um exaustivo levantamento dos percursos da sociologia da educação em Portugal, na abordagem de Almerindo Janela Afonso (Capítulo 8). Por outro lado, são analisados dois dos principais debates que atravessam a sociologia política da educação: a regulação transnacional das políticas educativas e a empreendedorização da educação, nas abordagens de António Teodoro e de Clementina Marques Cardoso (Capítulos 9 e 10, respectivamente).

Almerindo Janela Afonso apresenta uma incursão às fronteiras temáticas abertas pela sociologia da educação em Portugal, tomando como referência trabalhos publicados (ou, excepcionalmente, que tenham sido apresentados em contexto académico para provas de mestrado ou doutoramento) e que tenham sido referenciados ou que se auto-referenciem ao *campo sociológico*, tendo sempre como objecto de análise e investigação a educação (escolar e não-escolar). Desta forma, o autor revisita sínteses publicadas anteriormente, apresentando o estado da arte em sociologia da educação, em Portugal, considerando novas aproximações, informações e dados recentes, num trabalho voltado para a configuração de um campo científico cada vez mais aberto a contributos teórico-conceptuais e metodológicos plurais e diversificados.

Por sua vez, António Teodoro faz a análise dos modos de regulação transnacional de políticas educativas (Capítulo 9). A partir da assunção das sociedades contemporâneas

como atravessando um período de mudanças profundas, onde o *espaço-tempo nacional* tem vindo a perder, desde os anos 1970, a primazia em relação à crescente importância dos *espaços tempo global e local*. Esta mudança conduziu à crise do *contrato social* nacional que esteve na base do desenvolvimento moderno dos estados centrais, enquanto paradigma de legitimidade de governação, de bem-estar económico e social, de segurança e de identidade colectiva. Ora, num momento como este, o sistema de educação escolar pode afirmar-se como um lugar central de afirmação da cidadania. No entanto, segundo o autor, o reforço do investimento na educação pelos estados nacionais, sendo uma condição necessária, não é, todavia, condição suficiente para uma política emancipatória que considere a educação um dos mais importantes factores de empowerment, tanto ao nível dos indivíduos como no plano comunitário.

Nesta época de transição paradigmática, o estado deve transformar-se num campo de *experimentação institucional* e, admitindo que a escola tem algumas características de *lugar estrutural*, poderá, então, defender-se que a escola se constitui como espaço público de experimentação institucional, no qual se podem dotar as futuras (e actuais) gerações com novos modos de pensar a construção de um mundo mais justo. Talvez por isso, torna-se não apenas possível como necessário, numa perspectiva de justiça e de equidade social, adoptar uma agenda educativa preocupada com a construção de uma educação democrática e de *idades educadoras*, formadas pela participação e pela democracia. Uma tal agenda terá como cerne a transformação do estado nacional em movimento social, apostado no reforço da democracia redistributiva e participativa.

Por último (Capítulo 10), Clementina Marques Cardoso, partindo, por um lado, da noção de transformação – enquanto noção produtiva que permite a compreensão da mudança para além das fronteiras bem demarcadas de estádios isolados de desenvolvimento – e, por outro lado, do esforço para compreender a mudança como transformação – enfatiza a necessidade de se tomarem em consideração práticas e efeitos acumulados existentes, assim como renovadas formas de controlo e de resistência. Estes dão origem a formas institucionais e a práticas (re)nova(das) no interior do próprio es-

tado e a estados que se justapõem. Os conceitos de práticas e efeitos acumulados e de estados justapostos são extraídos da análise do estado português desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, propondo que se tenha em consideração que o estado é 'uma composição geológica com diversas camadas, diferentemente sedimentadas, umas mais antigas, outras mais recentes, cada qual com a sua lógica própria e respectiva orientação estratégica'. Assim, com base na sua investigação empírica durante os anos de 1990, Clementina Marques Cardoso explora a natureza de práticas e efeitos acumulados em Portugal e em Inglaterra. Para tal, procedeu à ilustração da forma como a continuidade das divisões existentes em períodos anteriores, em áreas essenciais de tensão semelhante, foi mantida ou sustentada para reaparecer enquanto componente de períodos mais recentes. Por outro lado, refere o uso da noção de 'estado paralelo' para trabalhar a questão do estado como actor multifacetado que perfecciona mecanismos de controlo e de autonomia 'facilitada'. Compreender as transformações actuais exige que se tomem em consideração as divisões que precederam e estiveram no centro da formulação das mudanças relativas ao governo e à gestão da educação, em Portugal e em Inglaterra, até 1996. As reformas foram moldadas por divisões políticas que estabeleceram continuidades com desenvolvimentos históricos na política social e na definição dos mandatos educativos. Tais divisões são visíveis nas seis áreas afectadas pelas reformas e demonstra a continuidade de áreas centrais de tensão com divisões manifestadas em períodos anteriores. As três áreas onde a tensão foi mais visível foram as áreas do currículo, da avaliação e dos métodos de ensino.

Parece-me que o livro que aqui apresento oferece-nos o que poderemos considerar serem as actuais e principais 'questões em e da educação', lançando novos desafios à investigação neste campo específico e constituindo um instrumento heurístico privilegiado.

Regina Tralhão

Instituto Superior Miguel Torga